



RED POLÍTICAS PÚBLICAS  
Y DESARROLLO RURAL EN  
AMERICA LATINA

## A dimensão da gestão social na transferência de políticas de agricultura familiar do Brasil em países da América Latina

Eric Sabourin (Cirad Umr Art-Dev e UnB-CDS e MADER) e Mireya Valencia Perafan (UnB-FAV)

### Introdução

Nos 2000 houve uma multiplicação de políticas públicas e programas de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) na América Latina (Sepulveda et al 2003, Berdegue e Modrego Benito, 2012). Esse trabalho examina os mecanismos de difusão regional dessas políticas em três países: El Salvador, Argentina e Uruguai, em particular na dimensão da participação e gestão social promovida pelo modelo brasileiro de DTR. Os resultados aqui mobilizados foram produzidos no marco do projeto Transbrasil “*Disseminação de modelos brasileiros de políticas públicas para agricultura familiar na América Latina*”, conduzido por uma equipe interinstitucional (UNB-CDS/CEPPAC/FAV/FUP-MADER, UFRGS-PGDR, USP-EACH, CIRAD) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Sabourin & Grisa, 2018).

A hipótese da pesquisa considerou que os mecanismos de difusão dessas políticas, apresentam uma “hibridação” entre diversas modalidades de transmissão de modelos (Porto de Oliveira e Faria, 2016). Para testar essa hipótese, seguindo a análise de Risse-Kappen (1995:6) que considera que a globalização seria apenas um dos elementos da transnacionalização das políticas, procurou-se articular três enfoques teórico-analíticos que tratam da difusão das políticas: a) o enfoque da transferência de política pública (Dolowitz e Marsh, 2000; Evans, 2009); b) aquele da circulação transnacional de normas (Hassenteufel, 2005 & 2008; Dumoulin, 2010); e, c) a abordagem pelas teorias da regionalização (Dabène, 2009, Pasquier e Weisbein, 2004) com um destaque para o mecanismo de regionalização pela base (Pasquier 2002; Kholer-Koch, 1995).

A coleta de dados envolveu pesquisa documental (análise de arquivos e de documentos governamentais), entrevistas com atores e gestores dessas políticas no Brasil e nos três países estudados entre 2015 e 2016. O texto está estruturado em três partes, além desta introdução: i) uma apresentação breve do contexto das políticas de DTR na América Latina e do referencial teórico-metodológico; ii) as modalidades de difusão da política de DTR em Argentina, El Salvador, Uruguai e a influência do Brasil iii) uma análise comparativa e a discussão da hipótese inicial.

## 1. Contexto e referencial teórico

### *1.1.Contexto das políticas de DTR na região e no Brasil*

As políticas públicas de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) tem se multiplicado a princípios da década dos anos 2000 na América Latina, mais ou menos simultaneamente em vários países: Colômbia, Brasil, Chile, Argentina principalmente (CEPAL, 2010; Massardier e Sabourin, 2013). Segundo Sotomayor (2013), o enfoque de tipo DTR aparece em reação a quatro fenômenos novos para a agricultura na América Latina.

O primeiro foi ditado pelo aumento da complexidade do mundo rural, a agricultura deixa de ser a única atividade econômica ou até a mais importante em termos de renda nos territórios rurais. Isto obrigou os gestores a planejar tentando levar em conta o potencial de outras atividades econômicas: manufaturas e artesanato, transformação agroalimentar, turismo e outros serviços. Novos problemas condicionando o desenvolvimento rural (meio ambiente e poluição, seguridade sanitária dos alimentos, pobreza e equidade territorial) têm levado a uma desetorização progressiva das políticas agrícolas. As políticas não se decidem apenas no Ministério da Agricultura. Devem ser negociadas com as regiões, com os estados federados, os ministérios de saúde, de educação, as organizações de consumidores, ONGs ambientalistas, entre outros. Isto exige novos arranjos institucionais que possam dar conta do caráter multisetorial e multidimensional do desenvolvimento rural.

A mobilização cidadã tem levado a uma crise dos enfoques convencionais em matéria de formulação de políticas públicas. Esse fenômeno vem da emergência de novos atores (os movimentos sociais e suas coalizões) que intervêm nos temas públicos com novas exigências e agendas. Essa tendência está sendo reforçada pelas novas modalidades de legitimação da ação pública. As políticas públicas definidas de acordo com uma lógica descendente (top down) não são mais pertinentes ou aceitáveis. O modelo linear de formulação das políticas (segundo a sequência tradicional “concepção □ avaliação □ decisão □ aplicação”) tende a ser substituída por uma abordagem fundada em inter-relações múltiplas, realizadas mediante uma combinação de modalidades de negociação, cooperação, de um lado ao exemplo do Chile e de planejamento nacional mais ou menos homogeneizador do outro lado, como o mostram os casos do Brasil e do Uruguai.

O quarto fenômeno corresponde aos processos de descentralização e de delegação de atribuições e competências dos estados nacionais, seja para acima (nível supranacional) seja para abaixo (nível regional, municipal ou local e territorial). No entanto, essa procura de mais coordenação e de coerência no uso dos recursos permite abrir novos espaços para mais participação social. (Berdegue y Modrego B., 2012).

No Brasil, a discussão sobre a abordagem territorial ganha peso no fim da década dos anos noventa, em particular durante o segundo governo do Presidente F.H. Cardoso, gerando mais discursos e estudos que ações concretas, tanto a nível dos governos, dos movimentos sociais como da academia (Veiga et al 2001). As principais políticas públicas de desenvolvimento territorial nasceram no primeiro governo do Presidente Lula da Silva, em particular as dirigidas ao meio rural. Em 2003, cria-se ao interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT) a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), proposto como um modelo alternativo para conduzir os processos de desenvolvimento dos espaços rurais. As principais motivações para a criação do Programa foram *apoiar à agricultura familiar e os processos de reforma agrária; superar as condições de pobreza no meio rural; criar uma escala de planejamento que superasse os limites da escala municipal e diminuir as desigualdades regionais*. No percurso dos primeiros cinco anos de execução do Programa, a SDT atendia 164 territórios rurais conformados por cerca de

2.500 municípios. As principais ações, além do apoio a projetos de infraestrutura para atividades produtivas da agricultura familiar, promoveram instâncias de participação chamadas *colegiados territoriais* e a elaboração de um plano territorial de desenvolvimento.

A instituição destes espaços de participação, com uma forte presença de representantes dos movimentos sociais da agricultura familiar, constituiu-se numa das razões para propor o PRONAT como base para desenhar, no fim de 2007, o Programa dos Territórios da Cidadania (PTC). Com este programa esperava-se responder à agenda social do governo nos espaços rurais, focalizando nos territórios mais pobres e visando a articulação das ações do governo.

Entre os fatores que explicam o interesse por parte de acadêmicos, políticos, especialistas de organismos internacionais e gestores de América Latina e o Caribe sobre o caso brasileiro estão: i) a rápida implementação desta estratégia nas diversas regiões do Brasil; ii) as evidências sobre a apropriação, por parte dos atores locais, da retórica territorial e iii) as próprias ideias do enfoque que contestam os velhos modelos focados na modernização agrícola propondo uma nova forma de pensar e promover o desenvolvimento rural e, em consequência, uma nova geração de políticas públicas.

## **1.2. Referencial teórico**

A difusão de políticas públicas corresponde a "um processo, mediado ou não, a partir do qual um elemento, ou um conjunto de elementos, de ordem política (...) situado em algum lugar, no tempo ou no espaço, passe a ser adotado alhures" (Oliveira, 2016: 224). A nossa pesquisa procurou entender a especificidade da internacionalização regional das políticas públicas de apoio à AF na América Latina, dentro do contexto emblemático da difusão internacional de modelos brasileiros de políticas sociais (Faria, 2012; Oliveira, 2016). Em termos teóricos, trata-se de articular a abordagem da internacionalização das políticas públicas (Berry, 1999; Stone 2001, 2004; Hassenteufel, 2005; Peck e Theodore, 2012 e 2015) e a sociologia política aplicada à ação pública de desenvolvimento rural prolongando as propostas de Hassenteufel (2008) e Massardier (2008).

A literatura dos anos 1990-2000 insiste, de um lado, na circulação globalizada das normas para explicar a internacionalização das políticas públicas (Gwynne e Kay, 1999; Delpeuch, 2009) e, do outro lado, no impacto, nas "pressões" ou na "penetração" da escala global na escala nacional (Davila-Aldas, 2011:39-50). No entanto, análises da construção das políticas de desenvolvimento rural territorial na América Latina (De Janvry et al, 2004; CEPAL, 2010) já indicavam que elas não dependem diretamente da lógica de globalização da produção e das finanças (Bhagwati, 2007; Rodrik, 2011). É necessário buscar, portanto, outras explicações. A abordagem em termos de *world politics* (Rosenau, 1997) tem melhorado e ampliado as ferramentas da análise da passagem de uma situação de estado-cêntrico (*state-centred state*) a um mundo multicêntrico (*multi-centric world*). O enfoque cruza vários parâmetros, em particular, alguns relevantes para as políticas de DTR na América Latina: a proliferação dos atores, a emergência de soluções interdependentes, a fraqueza ou o retrocesso do Estado, a difusão da pobreza no mundo em desenvolvimento (Rosenau, 1997: 66). Essa literatura insiste na fragmentação das arenas internacionais e na complexidade da arquitetura das suas articulações (Biermann et al., 2009).

É precisamente a complexidade da imbricação dos atores e dos processos observada no caso da difusão, circulação e implantação das políticas públicas de DTR entre vários países da América latina que nos levou a recorrer a mobilização das três categorias de análise.

*A transferência de política pública*, segundo Dolowitz e March, é o "processo por meio do qual o conhecimento sobre políticas públicas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um sistema político (no passado ou no presente) é usado para desenvolver políticas públicas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro sistema político" (Dolowitz e Marsh (2000: 5; Oliveira e Faria, 2016). Essa modalidade de difusão tomou um caráter central na nossa pesquisa na medida em que Brasil se tornou ao mesmo tempo uma referência em políticas sociais (Pommeroy e Suyana, 2016, Oliveira, 2016) e um país doador de ajuda internacional em particular por meio da cooperação Sul Sul (Leite et al, 2014). A partir do ano 2003, a cooperação Sul Sul do Brasil foi particularmente ativada, com aumento dos recursos dedicados à América Latina e ao Caribe, mas, sobretudo, para os países africanos, principalmente os Países Africanos de Língua Portuguesa (CAISAN, 2013). Correspondeu a um momento de abertura e desenvolvimento inédito da diplomacia brasileira, no qual o tema da agricultura familiar ou as diretrizes do Programa Fome Zero passaram a ser recorrentes nos discursos presidenciais e em diversos foros internacionais (Cunha, 2010).

Quanto a origem das políticas de DTR na América Latina, cabe salientar as intervenções diretas e indiretas da União Europeia para transferir o modelo do Programa “Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural-LEADER” (De Janvry et al.2004, Misialkowska, 2006). Essa transferência foi intermediada por organizações internacionais (Banco Mundial e Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura-FIDA) e por agências interamericanas como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Champetier, 2003; Serrano e Fernandez, 2005) e o IICA (Massardier e Sabourin, 2013).

No que concerne à *internacionalização mediante a circulação de normas*, alguns autores argumentam que a adoção de novas políticas depende menos da transferência direta de políticas entre países do que da produção e difusão de normas sob a influência de arenas internacionais (Meyer, 1997), redes acadêmicas e redes de especialistas que produzem “configurações transnacionais” (Hassenteufel, 2008:134; Dumoulin, 2010). Ropp & Sikkink (1999 : 175) propõem entender a internacionalização das políticas por meio da “socialização de normas internacionais nas práticas domésticas”. Dabène (2009) menciona o papel das elites econômicas e acadêmicas na difusão de referências em arenas internacionais ou regionais

No contexto latino americano e de relações Sul-Sul, o IICA assegurou um papel de promotor das políticas de DTR, apoiando tanto políticas nacionais como regionais ou interamericanas, a exemplo do Programa de cooperação em pesquisa agrícola do Mercosul (PROCISUR), e da Estratégia Centro-Americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT) (Sabourin et al., 2015a).

*A difusão de políticas mediante a regionalização intergovernamental* na América Latina passa principalmente pelo MERCOSUL e logo pela CELAC que abriram uma agenda sobre políticas de apoio à agricultura familiar (Vigevani, T; Romanzini H., 2011). Similarmente, *a difusão de políticas mediante a regionalização “por abaixo”*, retomando o termo de Pasquier (2002) no caso da Europa, refere-se principalmente à atuação e articulações de representantes da

sociedade civil organizada para a troca de experiências e aprendizados em termos de políticas públicas. Destacam-se aqui as aspirações por mudanças político-institucionais reivindicadas pelos movimentos sociais, em particular pelos representantes daqueles que foram "esquecidos" pelo crescimento econômico e agrícola nas últimas décadas, e que estão organizados em nível regional e internacional, a exemplo da Via campesina, da Aliança dos Povos para a Segurança Alimentar na América Latina e da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF). Por sua vez, Vieira Martins (2014:39) evoca a regionalização por abaixo em termos de "integração regional participativa".

## **2 Modalidades de difusão de políticas de DTR em três países de América Latina**

Nos três países estudados, a configuração de emergência e adoção de políticas públicas de DTR é bem diferente.

El Salvador foi escolhido por ser um caso emblemático (e único) de transferência direta do modelo de política de DTR do Brasil. Mas, o relevante desta experiência, como será descrito a seguir, está nos elementos contextuais que explicam a demanda e acolhida do governo de El Salvador, como também o que levou a seu declínio e extinção.

Nos casos da Argentina e Uruguai apesar de numerosos intercâmbios acadêmicos e intergovernamentais com o Brasil vizinho, a principal hipótese inicial era que a criação das políticas de DTR esteve influenciada pela circulação de ideias, no marco do MERCOSUL e dos programas de cooperação regional e de capacitação de quadros do IICA.

### **2.1. El Salvador**

Dois elementos do contexto salvadorenho favoreceram a difusão do modelo brasileiro. O primeiro é a relação histórica do Partido dos Trabalhadores do Brasil com o partido Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e, a segunda, foi a chegada a El Salvador de um governo de esquerda depois de vinte anos de governos de direita. Em 2009 este governo, representado por Mauricio Funes Cartagena e respaldado pelo FMLN, tem a bandeira de consolidar a democracia e levar em conta os interesses e as opiniões das comunidades organizadas.

Com este propósito, o governo realizou na região norte de El Salvador os *Encontros Cidadãos de Planificação Estratégica* que chegaram a sistematizar 6.000 demandas, criando uma forte dificuldade para articular a oferta pública com as demandas dos cidadãos. Paralelamente a isto, pela proximidade e amizade entre o Presidente Funes e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Funes foi convidado ao lançamento da segunda etapa do PTC em Salvador (BA) em março de 2009. Nesse momento, Lula ofereceu apoio para implantar um Programa similar em El Salvador, mas foi só em dezembro de 2010 e depois do baixo resultado das consultas aos cidadãos nos referidos encontros que foi assinado um Projeto de Cooperação Bilateral com apoio da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC), tendo como contrapartes o MDA/Brasil e a Secretaria Técnica da Presidência (STP) da República de El Salvador. O Projeto BRA 04/044-S335 *Transferência de Modelo de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial*, tinha como objetivo "Promover o desenvolvimento social e econômico de territórios por meio da transferência de metodologia e instrumentos do

*Programa Territórios da Cidadania do Brasil, ajustado à realidade de El Salvador*” (ABC, 2014).

O acordo iniciou com a visita ao Brasil de uma delegação de funcionários do alto escalão do governo de Funes para conhecer o PTC. Posteriormente, houve intercâmbios e assessoria técnica, durante dois anos, por uma funcionária do MDA encarregada de coordenar as ações de implementação do Projeto de Cooperação junto à Secretaria Técnica da Presidência de El Salvador e aos técnicos locais encarregados da conformação dos conselhos territoriais.

Assim em 2011, o Presidente Funes assinou o Decreto Executivo nº 135/2011, por meio do qual criou o Programa Territórios de Progreso (PTP). Os territórios selecionados seguiram critérios próximos aos estabelecidos no PTC. O Território de Progreso corresponde a um conjunto de municípios que compartilham características ambientais e econômicas, identidade, coesão social e cultural, concentração de pessoas em situação de pobreza e, além disto, com potencial econômico para o desenvolvimento (STP, 2013).

Inicialmente as ações de cooperação concentraram-se na *Bahia de Jiquilisco*, cujo lançamento em 2011 contou com a presença dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mauricio Funes. Conforme uma das pessoas entrevistadas, a participação de Lula gerou muita confiança na execução do Programa.

A transferência do modelo de gestão foi realizada seguindo a mesma estrutura do PTC. Desta forma constituíram-se os conselhos territoriais, que corresponderiam aos colegiados territoriais brasileiros, integrados por delegados do poder público e da sociedade civil e homens e mulheres numa proporção de 50%. A STP foi a responsável por coordenar o programa semelhante à Casa Civil no Brasil, e dela dependiam o Gabinete Econômico e Social ampliado (Secretaria executiva do PTP) e o núcleo coordenador (Secretaria Técnica do PTP) com funcionários dos ministérios responsáveis por acompanhar as demandas. Os conselhos territoriais também foram divididos em câmaras técnicas e responsáveis pela formulação do documento com a demanda estratégica do território. Por parte da oferta governamental, ainda se elaborou uma matriz de ações divulgada aos conselhos territoriais.

Em entrevista com quatro atores<sup>1</sup> territoriais que participaram do Conselho no território *Bahía de Jiquilisco*, foi possível evidenciar a participação e, em particular, a vinculação ativa das mulheres como pontos fundamentais e inovações na gestão pública. Para um destes integrantes do Conselho *“Antes, nos governos de ARENA<sup>2</sup>, havia uma forma de fazer governo, era mais vertical que participativa. Não era um governo inclusivo. Transladando-se ao governo de Mauricio Funes, há uma mudança na forma de fazer política. Ele opta por um modelo de governar e toma o governo de Brasil como modelo para sua campanha e de aí nasce a ideia de Territórios do Progreso”*<sup>3</sup>. Seus testemunhos também salientam a oportunidade de fazer controle social da matriz de ações e o atendimento a demandas históricas dos territórios (a exemplo da compra de uma embarcação ambulância ou a construção do hospital regional especializado em doenças renais). Na fala deles: *“o governo veio até nós”*.

Contrário ao que aconteceu no Brasil, o Programa em El Salvador se estruturou a partir da Presidência da República, o que lhe outorgou um caráter menos setorial. Em 2013, o programa atendeu 29 territórios, abrangendo 204 municípios de um total de 262 presentes no

---

<sup>1</sup> Assessora territorial, representante da diretoria de membros do *Consejo Territorial de la Bahía de Jiquilisco*;

<sup>2</sup> Alianza Republicana Nacionalista

<sup>3</sup> Entrevista produtor agropecuario Usulután, 07/09/2016.

país. Contudo, em 2014 em virtude da troca de governo, o Programa foi suspenso. Apesar de ser da mesma corrente política, o novo governo decidiu implantar outro tipo de ações para o planejamento regional, fazendo um novo ajuste institucional e criando outros espaços de participação. Atores do governo nacional e especialistas de organizações não governamentais entrevistados atribuem a não continuidade do PTP a dois aspectos principais. O primeiro seria a baixa apropriação por parte das mesmas comunidades do Programa devido à forma “pesada” e centralizada de leva-lo até os territórios, com regras e procedimentos rígidos e definidos desde o centro. Um dos entrevistados<sup>4</sup> afirmou: *“copiou-se a forma, sem compreender a dinâmica, e continua-se pensando com lógicas administrativas, para espaços dinâmicos”*. O segundo tem a ver com a disputa entre tendências ao interior do mesmo FMLN. Os seguidores do Presidente Funes poderiam valorizar os conselhos como uma possível plataforma eleitoral e a outra buscava evitar que isto acontecesse.

Deste modo, a modalidade de difusão dominante no caso do El Salvador corresponde a uma transferência bilateral de políticas públicas, onde o modelo brasileiro foi copiado e implementado sob outro nome. Uma funcionária brasileira da SDT-MDA, em particular, foi fundamental para a difusão de ideais, normas e procedimentos do PTC em El Salvador. Contudo, nesse percurso, a essência da perspectiva territorial perdeu-se antes de oferecer uma alternativa aos velhos modelos de desenvolvimento.

## **2.2. Argentina**

Em relação ao início das políticas territoriais, os diagnósticos institucionais posteriores à crise socioeconômica de 2001 tornaram-se insumos para desenvolver ações orientadas a coordenar e articular as capacidades intra e interinstitucionais para gerar um enfoque de desenvolvimento territorial rural mais inclusivo. O primeiro instrumento que incorporou um enfoque de DTR foi o Programa Federal de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (PROFEDER) criado em 2003. Seus objetivos eram construir agendas políticas que alinhassem as capacidades institucionais dos diferentes programas e projetos do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) em torno de uma abordagem integrada do desenvolvimento rural, atendendo às dinâmicas territoriais e às necessidades dos grupos rurais vulneráveis. Este programa atuaria como nexo entre a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (SAFy DR) do ex Ministério de Agricultura (MinAgri) e as Subsecretárias Provinciais da agricultura familiar. O INTA criou depois em 2004 o Plano Estratégico Institucional 2005-2015, que introduziu grandes mudanças na estrutura de tomada de decisões para redirecionar capacidades institucionais para a “inovação com inclusão social” (Elverdin, 2015). Nesse cenário a SAFy DR começou a implementar o Programa de Desenvolvimento Rural Inclusivo (PRODERI), contando com apoio e recursos do FIDA, do BID e da FAO,

Existem diferentes discursos sobre a origem das ideias de DTR na Argentina. Para os responsáveis do INTA, suas ações são “naturalmente” territorializadas em virtude de sua trajetória e sua estrutura organizacional<sup>5</sup>. O INTA é o órgão nacional de pesquisa agropecuária e de apoio ao desenvolvimento rural e manteve sempre uma ampla capilaridade no meio rural

---

<sup>4</sup> Entrevista pesquisadora de PRISMA; San Salvador – El Salvador, 08/09/2016.

<sup>5</sup> Entrevistas a pesquisador e diretores de INTA, Buenos Aires, 8-10/08/2016.

e ações descentralizadas (portanto, na visão dos gestores, ações territorializadas), tendo criado Centros de Pesquisa especializados para a Agricultura Familiar (SIPAF). A noção de território utilizada pelo INTA é essencialmente administrativa, sem muita referência aos paradigmas de políticas de desenvolvimento territorial. Ainda que reconheçam o papel central do INTA por sua inserção territorial, os responsáveis da SAFy DR atribuem a origem do desenvolvimento territorial rural (DTR) a um importante estudo nacional financiado pelo BID e conduzido pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP)<sup>6</sup>. Neste estudo foram contratados especialistas (do INTA e das universidades) para realizar e escrever um diagnóstico e uma proposta de plano de desenvolvimento territorial (Schjetman e Barski, 2008). A principal referência teórica era o artigo de Schjetman e Berdegué (2004).

A representante da Argentina na REAF, no período, apresenta uma interpretação similar à SAFyDR, mas ela reconhece a influência do Brasil na construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar<sup>7</sup> (a exemplo das feiras livres de produtores, e das políticas de extensão rural e de segurança alimentar)<sup>8</sup>.

Para geógrafos da Universidade de Buenos Aires<sup>9</sup>, a origem do DTR foi historicamente influenciada por geógrafos e pesquisadores brasileiros, como Milton Santos ou Manoel Correia de Andrade. Também destacam as influências do RIMISP, do Programa LEADER da União Europeia mediante o BID e o IICA. Em universidades mais rurais e mais próximas aos movimentos sociais, as principais referências são as de universitários brasileiros engajados ao lado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em particular.

De fato, as ações implantadas na Argentina não são similares ao modelo europeu LEADER, nem às referências dos modelos de Chile e Colômbia (disseminadas pelo RIMISP e a FAO), ou ainda ao modelo brasileiro difundido pelo IICA. A principal diferença no caso argentino é que não houve, exceto para o orçamento de pesquisa e extensão do INTA, fundos nacionais direcionados aos programas para financiar ações, equipamentos ou infraestruturas. Os programas funcionaram principalmente a nível regional com fundos da cooperação internacional (BM, BID, FIDA).

Deste modo, os principais vetores de difusão de políticas de DTR foram as instituições internacionais, com maior força do BID, Banco Mundial, FIDA e em menor grau FAO e IICA. A principal fonte metodológica foi o RIMISP. Os intelectuais nacionais influenciaram indiretamente a política de DTR como consultores, mas sem oferecer uma proposta original para o desenvolvimento rural. Assim, os conteúdos transferidos são essencialmente operacionais e metodológicos, inspirados nas ferramentas do desenvolvimento local e nos processos de inovação. A influência do Brasil tem sido efetiva no caso de várias políticas para a agricultura familiar na Argentina<sup>10</sup>, mas de fato, não constitui a principal referência em matéria de política de DTR. Ao mesmo tempo, ela é negada pelo nacionalismo da maioria dos atores envolvidos no processo.

Assim, foi possível verificar a hipótese da imbricação de, pelo menos, três modalidades de difusão da política de DTR: circulação de ideias e normas por meio das agências

---

<sup>6</sup> Entrevista da ex Secretaria de Agricultura Familiar y Desarrollo Rural, ex Minagri, Buenos Aires, 8 /08/2016

<sup>7</sup> Desde 1990, houve intercâmbios entre o Programa de pesquisa em agricultura familiar da Embrapa brasileiro e os programas “Cambio Rural” e “Minifundios” do INTA

<sup>8</sup> Entrevista a ex representante SAFyDR na REAF, Buenos Aires, 9/08/2016

<sup>9</sup> Entrevistas a universitários geógrafos da UBA, Buenos Aires 7 à 10 /08/2016

<sup>10</sup> Entrevista a ex representante da SAFyDR na REAF, Buenos Aires, INTA, 09/08/2016



internacionais, transferência parcial de política desde o Chile e regionalização “por abaixo” mediante a REAF. No caso da circulação de normas, esta ocorreu por meio do RIMISP, das universidades e da cooperação internacional e europeia. A transferência de elementos do modelo de DTR do Chile e da Colômbia via BID e RIMISP foi mais importante do que a influência do modelo europeu LEADER por meio do IICA. Houve um processo determinante da integração regional pela base via REAF e Movimentos Sociais do MERCOSUL, em particular a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM) e a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC Via Campesina).

Alguns elementos explicam a ausência relativa de conflitos entre estes diferentes vetores: (1) a proposta de DTR permanece marginal nas suas capacidades operacionais, não obstante a ambição do discurso e a intensidade da comunicação da SDRaAF e do INTA; (2) o financiamento dos programas sendo principalmente a partir de recursos da cooperação internacional, não compete com o orçamento nacional maiormente dirigido para apoio ao agronegócio (até dentro do INTA o recurso destinado para o apoio aos sistemas de produção do agronegócio continua sendo maior que aquele direcionado a agricultura familiar); (3) existe um reconhecimento da institucionalidade do INTA para além dos grupos de interesse (ideológicos ou políticos) que reduz ou anula possíveis contestações sobre o seu mandato ou a sua atuação em matéria de política de DTR.

### **2.3. Uruguai**

No Uruguai existem duas políticas de desenvolvimento territorial afetando o espaço rural: o Programa de Ordenamento Territorial e Sustentável do Ministério de Vivenda, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente e (MVOTMA) de 2009 e o Programa Mesas de Desenvolvimento Rural (MDR) do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP) implementado em duas fases entre 2007 e 2011.

Na origem dessas duas políticas encontra-se o apoio técnico e financeiro das agências de cooperação internacional, associando-se, portanto, à circulação internacional e normas, e a transferência de modelos externos (Europeus, e brasileiros).

Com o apoio do FIDA, o Projeto Uruguai Rural associou o fortalecimento da agricultura familiar à luta contra a pobreza rural, com a introdução de dimensões referentes à participação (MDR por departamentos) e à descentralização (a partir das unidades delegadas do MGAP nos departamentos)<sup>11</sup>.

A abordagem territorial rural foi, assim, associada a políticas públicas de redução da pobreza e do êxodo rural, a projetos de apoio à produção familiar, dependendo de fundos externos internacionais (FIDA, BID, Banco Mundial e FAO).

O IICA teve influência indireta no desenho da política de desenvolvimento territorial por meio de atividades de informação técnica e de capacitação para gestores de diferentes ministérios (com destaque para o MGPA) e para as administrações departamentais e locais<sup>12</sup>.

A Universidade da República do Uruguai (UDELAR), por meio dos seus intercâmbios com professores europeus e brasileiros, também participou indiretamente na difusão das

---

<sup>11</sup> Entrevista Diretor de Desarrollo Rural do Ministerio de Ganadería e Agricultura MGAP Montevideo, 13/11/2016

<sup>12</sup> Entrevista consultora IICA, Montevideo, 26/05/2015

referências europeias (programa LEADER) ou do modelo de DTR do Brasil<sup>13</sup>.

Também destaca-se o processo de regionalização por abaixo, por meio da atuação de organizações sindicais da agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional de Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) – ambas do Brasil - COPROFAM e Comissões Nacionais de Fomento Rural (CNFR) no Uruguai, e de espaços de interação entre estas organizações e atores governamentais, como é o caso da REAF<sup>14</sup>. Cabe salientar que a REAF tem sua secretaria técnica e sede junto ao FIDA no edifício Mercosul/Montevidéu, e o primeiro presidente pro-tempore da REAF nos anos de 2005-2011 foi Diretor de Desenvolvimento Rural do MGAP do Uruguai.

A política de desenvolvimento territorial no Uruguai é, paradoxalmente, bastante setorial: ela é dirigida a agricultores familiares e é implementada por estruturas que dependem do MGAP na Direção do Desenvolvimento Rural. Existe também uma política de desenvolvimento territorial nacional administrada por outro ministério (Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente). Esses ministérios intervêm na descentralização (o que é diferente da territorialização) ou nos macro-territórios e não tratam do desenvolvimento rural. Existiu uma tentativa de coordenação com o MGAP por parte da Direção do Ordenamento Territorial de Uruguai, depois da votação da Lei de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável em 2009, num departamento do leste do Uruguai com diversos problemas de tensão entre pecuária, minas e agricultura. Mas essa iniciativa teve que enfrentar a dominação do Ministério da Pecuária e Agricultura (Sabourin *et al.* 2015b). Este ministério justifica a anterioridade da sua própria iniciativa de descentralização mediante a instalação em todo o país de Mesas de Desenvolvimento Rural, onde são convidados os representantes dos outros setores.

As áreas periurbanas de agricultura e horticultura intensivas ou de produção de leite demandam, sobretudo, apoios produtivos ou para comercialização da produção. Contrariamente, as áreas mais isoladas de pecuária extensiva no norte e noroeste do país apresentam demandas relacionadas ao acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, eletrificação e estradas rurais (Sabourin *et al.*, 2015b).

No Uruguai, a descentralização está apenas iniciando e existe, às vezes, uma confusão entre os diversos interlocutores sobre os níveis territoriais a serem escolhidos para as Mesas de Desenvolvimento Rural. Em função da nova lei de descentralização e da criação de municípios, a territorialidade é mais administrativa. Já para os agricultores, o território deveria corresponder à área coberta pelas suas organizações profissionais, cooperativas, colônias e sociedades de fomento. Nos departamentos de Salto e de Rivera se passou, assim, de uma única mesa a três ou quatro em função desse processo. O estudo no Uruguai mostra claramente a conjunção imbricada entre as três modalidades de difusão e o papel cada vez mais importante da integração regional “por abaixo” e dos movimentos sociais nesse processo.

---

<sup>13</sup> Entrevista sociólogo professor da UDELAR Montevidéu, 13/11/2016

<sup>14</sup> Entrevista produtor familiar, Secretario CNFR, Montevidéu, 13/11/2016

### 3. Análise comparativa dos processos de difusão de políticas de DTR e ensinamentos

#### 3.1. Comparação dos processos

Para efeitos de síntese agrupamos a seguir várias das categorias da matriz de análise em dois grandes blocos.

##### *Vetores de difusão e atores claves*

Fora El Salvador onde existiu um mecanismo de transferência por meio do conjunto Partido/governo do Brasil, os vetores das políticas de DTR, na Argentina e no Uruguai são mais bem difusos e divididos entre organizações internacionais, academia e movimentos sociais.

As organizações internacionais têm financiado diagnósticos e planos (o BID na Argentina, a UE mediante a cooperação espanhola no Uruguai) ou ainda treinamentos por meio do IICA nos dois países. As consultorias para essas intervenções foram também confiadas a acadêmicos e peritos internacionais (do RIMISP na Argentina, do IICA no Uruguai). Esses atores se cruzam bastante ou passam de uma instituição a outra. Por exemplo, na Argentina e no Uruguai o papel da academia (nos níveis internacional, regional e nacional) passa pelos universitários que assumem um papel de consultor (diagnóstico BID na Argentina) ou de cargo de confiança no governo (Diretor nacional de ordenamento territorial e diretores do Instituto Nacional de Colonização no Uruguai). O mecanismo de integração regional pela base, nos dos países funcionou por meio da REAF, embora de maneira não central ou decisiva.

##### *Transferência, Convergências e reinterpretação*

O Programa Territórios do Progresso do El Salvador, representa, como antes dito, um exemplo emblemático de transferência de política pública mediado por um acordo de cooperação Sul-Sul. Há dois atores fundamentais para dar início ao processo de transferência, os Presidentes Funes e Lula e, junto com eles, um ator encarregado de transferir os objetivos e instrumentos do Programa da Cidadania para esse país. Pode-se falar, como assinalado por Perafán (2018), que é uma transferência *hard*, diferente dos outros dois casos estudados onde a disseminação é mais de ideias, ideologias, conceitos e noções do enfoque territorial para o desenvolvimento rural.

Tanto na Argentina como no Uruguai gestores, acadêmicos e atores locais se apropriam da retórica territorial, mas assim como no Brasil o discurso está longe da prática no momento da implementação. No El Salvador, a força do discurso recai sobre a necessidade de estabelecer e manter os espaços de participação, independente de outras ideias que alimentam esta abordagem. A convergência das políticas públicas é evidente nos casos da Argentina e Uruguai, sobretudo no que diz respeito às ordens cognitiva e funcional como referenciado por Sabourin e Grisa (2018).

Em relação à reinterpretação aparecem aspectos comuns da referência brasileira em comparação com a referência europeia. Podemos destacar quatro características:

- a participação dos atores, embora ela seja mais discursiva que real na Argentina,
- na Argentina e no Uruguai a execução da política de DTR por ministérios setoriais, dirigidos ao segmento da agricultura familiar.
- a não associação do setor privado, pela natureza do foco para agricultura familiar da política territorial ou pela falta de interesse desse, nos três casos, mas em particular para o caso salvadoreño.
- a baixa capacidade de *enforcement* conferindo um caráter de *soft law* às ações e projetos, essencialmente fomentadas a partir de subsídios.

### 3.2. Discussão, ensinamentos e considerações finais

O primeiro ensinamento confirmando nossa hipótese, é que as políticas públicas de DTR foram difundidas mediante uma hibridação de modos ou vetores. Podemos citar: relações bilaterais entre os países, ações de cooperação sul-sul, atuação dos movimentos sociais, interação entre acadêmicos, influência de diversas organizações internacionais, debates regionalizados e, por conseguinte, certa “convergência” de políticas públicas pela base ou “por abaixo”.

O caso específico da REAF<sup>15</sup> está mais relacionado à um mecanismo de difusão “por abaixo” (Pasquier, 2002). A REAF emergiu das reivindicações dos movimentos sociais organizados em nível regional e internacional, em particular dos representantes dos “esquecidos” pelo crescimento econômico e agrícola. Ainda que agências governamentais tenham tido papel relevante em sua constituição, especialmente no caso brasileiro, a organização em rede da REAF contempla a participação social na construção das recomendações das políticas públicas para a agricultura familiar na região. De fato, trata-se de um exemplo de como a participação social pode contribuir para aprofundar o processo de integração regional numa dinâmica com forte engajamento das organizações de agricultores e na perspectiva de incidir sobre as políticas públicas dos países integrantes do bloco regional, processo bem distinto da lógica privada das corporações e da agricultura patronal de grande escala que, desde os primórdios do bloco, predominou no setor agroalimentar (FIDA, 2013; Maluf et al, 2014).

A atuação de acadêmicos e estudiosos do meio rural também tem contribuído para a difusão dos modelos brasileiros, seja por meio de convênios e projetos de cooperação entre universidades latino-americanas, seja por meio da disseminação de conceitos e/ou interpretações e análises sobre as políticas públicas brasileira. Os universitários já tinham sido responsáveis pela introdução e difusão na América Latina do modelo europeu de políticas de DTR ao exemplo do programa LEADER (Champetier, 2003; Massardier e Sabourin, 2013).

O segundo ensinamento é que os modelos brasileiros influenciaram as políticas de DTR nos países estudados, segundo diversas modalidades e intensidades. Na maioria dos casos, os atores entrevistados afirmaram terem conhecimento ou terem se “inspirado” (Dolowitz e Marsh, 2000) ou “copiado” (caso de El Salvador) o modelo brasileiro.

No entanto também há casos de minimização desta influência. Os interlocutores sublinham a anterioridade de instrumentos endógenos ou nacionais, ou relativizam o caráter decisivo do modelo brasileiro, dando maior ênfase para organizações internacionais ou iniciativas de cooperação com a sociedade civil. Um caso emblemático do não reconhecimento de contribuições da experiência brasileira é aquele das políticas de DTR na Argentina, reivindicadas como totalmente endógenas pelos quadros do INTA. Para esses gestores, em virtude do processo de descentralização e capilaridade do INTA, as suas ações já apresentavam naturalmente e historicamente uma atuação territorial a favor do desenvolvimento rural. No Uruguai, os gestores reconhecem as influências externas, mas reivindicam uma reinterpretação totalmente nacional e local, que pôde ser verificada nos fatos (Sabourin et al, 2015).

O terceiro ensinamento é que os modelos de políticas de DTR que circularam entre os três países estudados foram reajustados em cada país em função de fatores endógenos como as instituições e políticas públicas já existentes no país que geram uma complementaridade institucional ou dependência de caminho. A Argentina, por exemplo, já possuía uma extensa regionalização da pesquisa e extensão rural com o INTA. A partir dos recursos organizacionais

---

<sup>15</sup> Criada em junho de 2004 pelo Grupo Mercado Comum (GMC), a REAF foi uma iniciativa do governo brasileiro a partir do diagnóstico de que faltava um espaço de coordenação entre os países membros para a construção de uma agenda positiva de integração na temática do rural, assim como para incentivar as políticas públicas de produção e comércio para a agricultura familiar.

e simbólicos do INTA, foi possível um trabalho mais voltado para a agricultura familiar ou de pequena escala no desenvolvimento territorial rural. Tais processos são coerentes com a relação que estabelecem Dolowitz e Marsh (2012) entre a transferência e o ciclo da política pública. Para esses autores, quando novos atores e instituições se envolvem na formulação das políticas, eles trazem diferentes conjuntos de conhecimentos, interesses e motivações.

Neste sentido, seguindo a tipologia de Dolowitz e Marsh (2000), podemos considerar que as experiências emergentes nos países “receptores” foram inspiradas dos modelos brasileiros (e no caso de El Salvador, copiadas). Ou, em outros termos, seguindo à proposição de Hassenteufel (2008), pode-se afirmar também que houve um processo de tradução, envolvendo a recriação de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública (Hassenteufel, 2008; Lascoumes, 2006). Dolowitz e Marsh (2012) também chamam atenção para a relação entre os tipos de governança e a difusão da política pública. O caso de El Salvador é mais próximo de uma governança do tipo hierárquico com uma participação mais direta dos altos escalões dos respectivos governos. Já os casos de Argentina e Uruguai correspondem mais à um tipo de governança em rede com uma maior variedade de influências advindas de múltiplos atores.

**Agradecimentos** Os resultados apresentados neste capítulo provem do projeto TRANSBRASIL (Disseminação de modelos brasileiros de políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina) financiado pelo CNPq Universal 2014 (Nº 443245/2014-2) e do projeto ECOS Sul MESAS nºU14H01 entre o CIRAD e a UDELAR.

## **Bibliografia**

- Agencia Brasileira de Cooperação - ABC (2014) Base de Dados CSS e proteção Social. Sitio ABC, observatório Brasil e o Sul, Disponible en: [obs.org.br/cooperacao/download/47\\_0baa8c5e103924101b3b21af141b7342](http://obs.org.br/cooperacao/download/47_0baa8c5e103924101b3b21af141b7342). Acceso 2/6/2015
- Berdegú Julio ; Modrego Benito Félix Editores (2012) De Yucatán a Chiloé, dinámicas territoriales en América Latina. Buenos Aires: Teseo, IDRC/CRDI, RIMISP, 599p
- Berry, Frances; Berry, William D. (1999) Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In Paul A Sabatier (ed). *Theories of the Policy Process* Westview, pp. 223–260.
- Bhagwati, Jagdish. In defense of Globalization with a new Afterword, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- Biermann, Frank; Pattberg, Philipp ; Van Asselt, Harro; Zelli Fariborz (2009) The fragmentation of global governance e architectures: a framework for analysis, *Global Environmental Politics*.
- Bonnal, Philippe (2010). La production des politiques et compromis institutionnels autour du développement durable. Rapport du Projet Propocid, Paris: ANR-06-ADD-016
- CAISAN 2013. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2013 Subsídios da CAISAN para a discussão sobre “Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional” na XIII Plenária do CONSEA, Brasília, 02/12/2013
- CEPAL (2010) Panorama del desarrollo territorial en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, CEPAL Colección Documentos de proyectos,
- Champetier, Yves (2003) La Estrategia de Microregiones: une nouvelle stratégie de lutte contre la pauvreté dans les territoires les plus en difficulté du Mexique Washington D.C.: Inter-American Development Bank.
- Cunha, Bianca. L. A projeção internacional da Estratégia Fome Zero. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: uma história brasileira - Vol. 3. Brasília (DF), MDS, 2010, p. 80-89.
- Dabène, Olivier. The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative Explorations, New York, Palgrave Macmillan, 2009.
- Dávila Aldàs, Francisco. América Latina y la globalización, Revista de Relaciones Internacionales, nº 101-102, 208: 33-56, 2011.

- De Janvry, Alain; Sadoulet, Elisabeth .Toward a territorial approach to rural development: International experiences and implications for Mexico's Microregions Strategy, University of California at Berkeley, 2004.
- Delpuech, Thierry. Comment la mondialisation rapproche les politiques publiques, *L'Économie politique*, 2009/3 n° 43 : 77-99
- Dolowitz, David, Marsh, David. The Future of Policy Transfer Research. *Political Studies Review*, 10(3), 339–345, 2012.
- Dolowitz, David; Marsh, David. Learning from abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. *Governance-an International Journal of Policy Administration and Institutions*, 13:5-24, 2000.
- Dumoulin, David. Configurations sociales transnationales : quelles compétences pour les passeurs d'échelles? Exemples des politiques de la conservation de la nature. La fabrique multi-niveaux des politiques. Les approches multi-niveaux des politiques publiques, CIRAD. Montpellier. 6-
- Evans, Mark. *Policy transfer in critical perspective*, *Policy Studies* 30 : 243-68, 2009.
- Faria Carlos Aurelio P., A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados, *Interseções* v. 14 n. 2, p. 335-371, dez 2012 Rio de Janeiro.
- Fiori, José Luís , Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana / José Luís Fiori. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42). 34p.
- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA - FIDA Impacto del Diálogo sobre Políticas Públicas para la Agricultura Familiar en el MERCOSUR. Montevideo (Ur.): Programa Regional FIDA/Mercosul, 2013.
- Gwynne, Robert N; Kay, Cristobal. Latin America Transformed.Globalization and Modernity, Arnold, Oxford University Press, 1999.
- Hassenteufel, Patrick. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale. Les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques, *Revue française de science politique*, 55 (1), février 2005, p. 113-132.
- Hassenteufel, Patrick. Convergence. In: Boussaguet, Laurie; Jacquot, Sophie; Ravinet Pauline; *Dictionnaire des politiques publiques*. 4<sup>e</sup> Edition, Paris: SciencesPo. Les Presses, p. 180-187, 2014.
- Hassenteufel, Patrick. Sociologie de l'Action Publique, Paris, Armand Colin, 2008.
- Kohler-Koch, Beate. The transformation of governance in Europe, London, Routledge, 1995.
- Lascoumes Pierre. Traduction In: Boussaguet L., Jacquot S., Ravinet P. Dictionnaire des politiques publiques, Paris: Les Presses de Sciences Po. p. 439-445, 2006.
- Leite, I. Costa; Suyama, B.; Waisbich, L.T; Pomeroy, M.; Constantine, J.; Navas-Aleman, L.; Shankland, A.; Younis, M. Brazil's engagement in international development cooperation: the state of the debate. Brighton (UK): Institute of Development Studies/Articulação SUL/CEBRAP, 59, 2014. 103 p. (Rising Powers in International Development).
- Maluf, Renato; Schmitt, Claudia.; Prado, Bruno, Estado de arte de las políticas para la agricultura familiar en los países del MERCOSUR Ampliado: retos de la región en el Año Internacional de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena. R. Janeiro: CERESAN/COPROFAM/OPPA 2014.
- Massardier, Gilles. Politiques et action publiques, Paris. Armand Colin , 276p, 2008.
- Massardier, Gilles; Sabourin, Eric. A Latin-American way of regionalization through policy making: Between globalization, policy transfer and regional production of policies, the case of territory rural development in: ICPP *International Conference on Public Policy, Policymaking in Latin America*, Grenoble, 26-28 june 2013.
- Meyer, John W. The Structuring of a World Environmental Regime, 1870-1990, *International Organization*, Vol. 51, No. 4, pp. 623-651, 1997.
- Milhorance de Castro, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56, n° 2, 2013;
- Musiakowska, Ida. Transfer of the European Regional Policy to Latin America , European Consortium for Political Research (ECPR), Colchester, University of Essex, 2006

- Oliveira, Osmany P. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos, *Opinião Pública*, vol 2, n°2 p. 219-249, Campinas, <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016222219>
- Oliveira, Osmany P; FARIA, Carlos Aurelio P. Policy transfer, diffusion and circularion. *Novos estudos CEBRAP*, v.36, 2017, p. 13-32.
- Pasquier Romain, 2002 L'européanisation par le bas : les régions et le développement territorial en France et en Espagne », in J. Fontaine, P. Hassenteufel, *To change or not to hange ? Le changement de l'action publique à l'épreuve du terrain*, Presses Universitaires de Rennes,
- Pasquier, Romain; Weisbein, Julien. L'Europe au microscope du local. Manifeste pour une sociologie politique de l'intégration communautaire, *Politique européenne*, n°12, p. 5-21, 2004.
- Peck, Jamie.; Theodore, Nik. *Fast Policy. Experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2015
- Peck, Jamie; Theodore, Nik. Follow the Policy: A Distended Case Approach in *Environment and Planning A*, Vol. 44 N° 1, : 21-30 January 1, 2012 DOI: <https://doi.org/10.1068/a44179>
- Pomeroy Melissa ; Suyama Bianca. Transferência de políticas de proteção social e segurança alimentar: Questões emergentes da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento brasileira in *International Seminar on Policy Diffusion*, São Paulo, CEBRAP, 9-11 de maio 2016.
- Risse-Kappen, Thomas. Bringing transnational relations back in. *Non-state actors, domestic structures and international institutions*, Cambridge University Press, 1995.
- Rodrik, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*, New York: Norton, 2011.
- Ropp Stephen C. ; Sikkink Kathryn (1999) International norms and domestic politics in Chile and Guatemala. In Risse-Kappen, Thomas, Stephen C. Ropp, Kathryn Sikkink editors (1999). *The power of human rights: international norms and domestic change*. Cambridge University Press pp 172-204
- Rosenau, James N., *Along the Domestic-Foreign Frontier. Exploring governance in a Turbulent World*, Cambridge University Press, 1997
- Sabourin Eric, De Torres Maria Fernanda ; Arbeletche Pedro ; Massardier Gilles, Courdin Virginia ; Morales Hermes ; Tourrand Jean François. Politiques publiques et élevage en Uruguay : premiers effets des mesures environnementales et de développement territorial in *Revue Vertigo*, V. 15, n°1, mai 2015b DOI :10.4000/vertigo. <http://vertigo.revues.org/16125>
- Sabourin Eric, Samper Mario, Sotomayor Octavio. (Eds) *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*. San José, C.R. IICA, 2015a 380p.
- Sabourin Eric, Massardier Gilles; Sotomayor Octavio. Las políticas de desarrollo territorial rural en América latina: una hibridación de las fuentes y de la implementación in *Revista Mundos Plurales*, V. 3, N. 1, 2016: 75-98, Quito (Flacso)
- Sabourin E e Grisa C. (org) *A difusão de políticas brasileira para agricultura familiar na América Latina e Caribe*, Porto Alegre. Ed. Escritos, 380p.
- Schejtman Alejandro; Barsky Osvaldo. (Comp.) (2008), *El desarrollo rural en la Argentina. Un enfoque territorial*, Buenos Aires, Siglo XXI.
- Schetjman Alejandro; Berdegue Julio., *Desarrollo territorial rural. Debates y Temas Rurales*, n°. 1. Santiago de Chile: Ed. RIMISP, BID, FIDA. 2004
- Secretaria Técnica da Presidência da República do El Salvador. *Territorios de Progreso: Una práctica de articulación institucional con participación ciudadana*. Gobierno de El Salvador: San Salvador, 2013.
- Sepulveda, Sergio; Rodriguez, Adrian; Echeverri Rafael; Portilla, Melania. 2003. *El enfoque territorial de desarrollo rural*, San José, C.R. IICA, 180 p.
- Serrano, Claudia; Fernandez, Ignacia. *Estudio Comparativo Descentralización de las Políticas y Programas de Reducción de la Pobreza en América Latina*, Washington DC-BID serie Dialogo Político 137p, 2005.
- Sotomayor Octavio, *Programas de Desenvolvimento Territorial na América Latina. Debate com Octavio Sotomayor*, in *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2), 2013: 101-112.
- Stone, Diane. *Learning Lessons, Policy Transfer and the International Diffusion of Policy Ideas*, University of Warwick. CSGR, Working Paper No. 69/01 April 2001, in [http://wrap.warwick.ac.uk/2056/1/WRAP\\_Stone\\_wp6901.pdf](http://wrap.warwick.ac.uk/2056/1/WRAP_Stone_wp6901.pdf), acesso 25/07/2017

- Stone Diane. 2004. Transfer agents and global networks in the ‘transnationalization’ of policy, *Journal of European Public Policy*, Vol. 11, Issue 3, 2004 : 545-566  
<http://dx.doi.org/10.1080/13501760410001694291>
- Valderrama, Mario “Los procesos de descentralización en América Latina y la cooperación europea, in José Luis Rhi-Sausi, Desarrollo local en América Latina. Logros y desafíos para la cooperación europea, Recal-Cespi, p. 49-62, 2004.
- Veiga, José Eli da, et alii, (2001) O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento / *José. Eli da Veiga et alii*, Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/. NEAD) 108 p
- Vieira Martins José. R. 2014 MERCOSUL: A dimensão social e participativa da integração regional in Neto Desiderato. (Org) O Brasil e novas dimensões da integração regional Rio de Janeiro : Ipea, 2014. pp 101 142
- Vigevani, Tullo; Romanzini Haroldo. The Impact of Domestic Politics and International Changes on The Brazilian Perception of Regional Integration, *Latin American Politics and Society*, Vol. 53, nº1, 125-155, 2011.